

**UM OLHAR SOBRE A DIDÁTICA EM ESCOLAS QUILOMBOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO, MUNICÍPIO DE ARRAIAS TOCANTINS**

*A PERSPECTIVE ON DIDACTICS IN QUILOMBOLA SCHOOLS LOCATED IN RURAL ARRAIAS, TOCANTINS*

*UNA MIRADA SOBRE LA DIDÁCTICA EN ESCUELAS QUILOMBOLAS UBICADAS EN EL CAMPO, MUNICIPIO DE ARRAIAS, TOCANTINS*

---

**Emizael Francisco dos Santos**

Licenciando em Pedagogia. Universidade Federal do Tocantins(UFT). Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq). E-mail:emizael.francisco@mail.uft.edu.br.- Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9861-0320>

**Helena Quirino Porto**

Doutora em Educação. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: hequirino.uft.@mail.uft.edu.br

**ABSTRACT:**

This study presents the final results of the research project entitled “*A Look at Didactics in Quilombola Schools Located in Rural Areas in the Municipality of Arraias, Tocantins*”, developed within the scope of PIBIC (2024–2025). The research is based on the understanding that quilombola school education constitutes a space of resistance, cultural appreciation, and affirmation of Afro-Brazilian identities, playing a fundamental role in addressing historical inequalities and promoting social justice. The study historically contextualizes the formation of quilombola communities in Arraias, highlighting their role as territories of resistance against the slave system. Furthermore, it emphasizes the importance of public educational policies, such as the Federal Constitution of 1988 and Law No. 10.639/2003, which ensure the right to education and the inclusion of Afro-Brazilian culture in school curricula. The general objective of this research is to analyze the organization of didactics in the legal documents of rural quilombola schools in the investigated municipality, considering the challenges in articulating pedagogical practices with the sociocultural reality of students. Methodologically, the study is grounded in a qualitative approach, based on documental and theoretical analysis, combined with participation in a research group and the dissemination of results in scientific events. It is concluded that the organization of didactics in rural quilombola schools still requires progress in terms of its practical implementation, highlighting the need to strengthen public policies, value teacher education, and recognize the cultural specificities of these communities.

**KEYWORDS:** Quilombola School Education; Didactics; Legal Documents.

**RESUMO:**

O presente estudo apresenta os resultados finais do projeto de pesquisa intitulado “Um olhar sobre a didática em escolas quilombolas localizadas no campo, município de Arraias/Tocantins”, desenvolvido no âmbito do PIBIC (2024-2025). A pesquisa parte da compreensão de que a educação escolar quilombola se constitui como um espaço de resistência, valorização cultural e afirmação das identidades afro-brasileiras, desempenhando papel fundamental no enfrentamento das desigualdades históricas e na promoção da justiça social. O estudo contextualiza historicamente a formação das comunidades quilombolas em Arraias, destacando seu papel como territórios de resistência frente ao sistema escravista. Além disso, evidencia a importância das políticas públicas educacionais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 10.639/2003, que asseguram o direito à educação e a valorização da cultura afro-brasileira nos currículos escolares. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a organização da didática nos documentos legais das escolas quilombolas do campo no município investigado, considerando os desafios enfrentados na articulação entre práticas pedagógicas e a realidade sociocultural dos estudantes. Metodologicamente, fundamenta-se em abordagem qualitativa, com análise documental e teórica, aliada à participação em grupo de pesquisa e socialização dos resultados em eventos científicos. Conclui-se que a organização da didática nas escolas quilombolas do campo ainda demanda avanços no que diz respeito à sua efetivação prática, sendo fundamental o fortalecimento de políticas públicas, a valorização da formação docente e o reconhecimento das especificidades culturais dessas comunidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Escolar Quilombola; Didática; Documentos legais.

**RESUMEN:**

El presente estudio presenta los resultados finales del proyecto de investigación titulado “*Una mirada sobre la didáctica en escuelas quilombolas ubicadas en el medio rural del municipio de Arraias, Tocantins*”, desarrollado en el marco del PIBIC (2024–2025). La investigación parte de la comprensión de que la educación escolar quilombola se constituye como un espacio de resistencia, valorización cultural y afirmación de las identidades afrobrasileñas, desempeñando un papel fundamental en la superación de las desigualdades históricas y en la promoción de la justicia social. El estudio contextualiza históricamente la formación de las comunidades quilombolas en Arraias, destacando su papel como territorios de resistencia frente al sistema esclavista. Además, evidencia la importancia de las políticas públicas educativas, como la Constitución Federal de 1988 y la Ley nº 10.639/2003, que garantizan el derecho a la educación y la valorización de la cultura afrobrasileña en los currículos escolares. La investigación tiene como objetivo general analizar la organización de la didáctica en los documentos legales de las escuelas quilombolas rurales del municipio investigado, considerando los desafíos en la articulación entre las prácticas pedagógicas y la realidad sociocultural de los estudiantes. Metodológicamente, se fundamenta en un enfoque cualitativo, con análisis documental y teórico, además de la participación en grupo de investigación y la socialización de los resultados en eventos científicos. Se concluye que la organización de la didáctica en las escuelas quilombolas del campo aún requiere avances en su implementación práctica, siendo fundamental el fortalecimiento de las políticas públicas, la valorización de la formación docente y el reconocimiento de las especificidades culturales de estas comunidades.

**PALABRAS CLAVE:** Educación Escolar Quilombola; Didáctica; Documentos legales.

**INTRODUÇÃO**

O presente estudo visa apresentar os resultados finais do projeto de pesquisa intitulado “Um olhar sobre a didática em escolas quilombolas localizadas no campo, município de Arraias/Tocantins”, desenvolvido por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/2024-2025).

Nesse contexto, a educação em escolas quilombolas localizadas no campo constitui-se como um espaço de resistência, valorização cultural e afirmação identitária dos povos afro-brasileiros. Conforme destaca Nilma Lino Gomes (2017), a educação das relações étnico-raciais “é um campo de disputas, de construção de identidades e de reconhecimento da diversidade”, sendo fundamental para a promoção da equidade e da justiça social. Nessa perspectiva, a educação quilombola desempenha um papel essencial no fortalecimento das identidades dos povos negros e em seu processo emancipatório, contribuindo para a reconstrução histórica e social de grupos historicamente marginalizados.

Corroborando essa compreensão, Kabengele Munanga (2005) afirma que a valorização da cultura afro-brasileira no espaço escolar é um elemento indispensável para o enfrentamento

do racismo estrutural, uma vez que “a educação é um dos instrumentos mais eficazes na luta contra os preconceitos e na construção de uma sociedade mais justa” (MUNANGA, 2005). Dessa forma, a educação quilombola se configura como uma ação afirmativa que busca reparar desigualdades históricas impostas à população negra ao longo dos séculos.

Consequentemente, o município de Arraias situado no sudeste tocaninense, carrega uma história marcada por inúmeras violências e processos de exploração vivenciados pelos povos negros escravizados durante o período colonial e imperial. Esses sujeitos, submetidos a condições desumanas, organizaram-se em territórios de resistência, dando origem às comunidades quilombolas. Conforme ressalta Clóvis Moura (1981), os quilombos representaram “formas de resistência ativa ao sistema escravista”, constituindo espaços de luta, autonomia e preservação cultural. Nesse sentido, essas comunidades permanecem, até a atualidade, como símbolos de resistência e identidade cultural.

Diante disso, torna-se imprescindível assegurar o acesso e a permanência em escolas quilombolas localizadas no campo, amparadas por dispositivos legais que garantam esse direito. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 206, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, enquanto a Lei nº 10.639/2003 reforça a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, contribuindo para a valorização das identidades negras no espaço educacional. Nesse contexto, tais normativas configuram-se como instrumentos fundamentais para a promoção da justiça social e educacional.

Sob esse viés, o município de Arraias possui duas comunidades e escolas quilombolas, localizadas em Lagoa da Pedra e Kalunga do Mimoso. Essas instituições desempenham um papel social relevante no processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que contribuem para a transformação social das comunidades em que estão inseridas. Conforme aponta Paulo Freire (1996), “a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, evidenciando o potencial transformador das práticas educativas quando contextualizadas à realidade dos sujeitos.

No entanto, é fundamental reconhecer e valorizar as identidades culturais e as tradições dos estudantes dessas comunidades, ao passo que o campo educacional enfrenta desafios significativos na construção de práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade local. Segundo Dermeval Saviani (2008), a prática pedagógica deve estar articulada ao contexto histórico e social dos educandos, de modo a promover uma educação crítica e emancipadora.

Posto isso, propõe-se como questão de pesquisa: de que forma a didática é organizada nos documentos legais das escolas do campo no município de Arraias/Tocantins?

Com base nessa problemática, define-se como objetivo geral analisar a didática das escolas quilombolas do campo no referido município. Para tanto, estabelecem-se como objetivos

específicos: promover momentos de estudo e reflexão sobre a didática nas escolas quilombolas; analisar os projetos pedagógicos dessas instituições; participar dos encontros do Grupo de Pesquisa em Educação e Formação de Professores (GEEFP); socializar os resultados em eventos científicos; e produzir um artigo ou capítulo de livro com os achados da pesquisa.

Nesse sentido, este artigo organiza-se de forma a apresentar, inicialmente, o percurso teórico-metodológico, seguido da análise dos dados e das considerações finais, contribuindo para o debate acerca da educação escolar quilombola e da construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça social.

### **CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA**

No que se refere ao caminho teórico-metodológico, a presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, orientada pela análise documental e pela investigação teórica, com o propósito de aprofundar a compreensão das práticas pedagógicas e dos documentos legais que orientam a educação escolar quilombola. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, permitindo compreender fenômenos sociais em sua complexidade. Nessa perspectiva, a escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de analisar a realidade educacional quilombola em sua dimensão histórica, social e cultural.

A análise documental constitui-se como uma das principais estratégias metodológicas deste estudo. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico, possibilitando a investigação de fontes oficiais e institucionais. Nesse sentido, foram examinados documentos legais que orientam a educação escolar quilombola, tais como leis, diretrizes e resoluções, buscando compreender como esses dispositivos normativos se materializam na prática escolar.

Para a construção do arcabouço teórico, foram realizados estudos bibliográficos que contemplaram produções com enfoques qualitativos e quantitativos, articulados a momentos de discussão coletiva e reflexões críticas acerca da realidade educacional das comunidades quilombolas no Brasil. Conforme Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”, contribuindo para a fundamentação e ampliação do conhecimento científico. Nesse contexto, a investigação delimita-se ao cenário das comunidades quilombolas do município de Arraias, no estado do Tocantins.

Como parte do percurso investigativo, foram realizados encontros sistemáticos com a professora Dra. Helena Quirino Porto, cuja orientação possibilitou o aprofundamento teórico, a problematização do objeto de estudo e o esclarecimento de questões pertinentes à pesquisa.

Paralelamente, ao longo do período de desenvolvimento do estudo, houve participação mensal nos encontros do Grupo de Pesquisa em Educação e Formação de Professores (GEEFP/CNPq), espaço que favoreceu a socialização de conhecimentos, o diálogo acadêmico e o amadurecimento das reflexões. Nesse sentido, Gatti (2005) destaca que os grupos de pesquisa constituem espaços fundamentais de produção coletiva do conhecimento, promovendo a interlocução entre teoria e prática.

Ademais, os resultados parciais e finais da pesquisa foram compartilhados no âmbito do referido grupo, promovendo discussões relevantes sobre a didática nas escolas quilombolas. A pesquisa também foi apresentada em evento científico, no formato de seminário, realizado pela Universidade Federal do Tocantins, ampliando a interlocução com a comunidade acadêmica. Conforme Severino (2016), a socialização dos resultados é etapa essencial da pesquisa científica, pois contribui para a validação e disseminação do conhecimento produzido.

Por fim, destaca-se que os principais materiais utilizados na pesquisa compreendem documentos legais da educação escolar quilombola, como leis, decretos e resoluções, bem como livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e registros das discussões desenvolvidas nos encontros do grupo de pesquisa (GEEFP/CNPq). Para Bardin (2011), a análise de conteúdo permite interpretar criticamente os dados, possibilitando inferências significativas a partir das informações coletadas. Assim, o conjunto dessas fontes constitui base consistente para a análise e compreensão do objeto investigado.

## **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Durante os momentos de estudo, evidenciou que a educação escolar quilombola, no contexto investigado, enfrenta desafios significativos na organização e implementação dos documentos normativos das instituições. Observa-se uma dicotomia entre a teoria e a prática, especialmente no que se refere à articulação dos conteúdos curriculares com o contexto sócio-histórico e cultural dos estudantes quilombolas, fator que compromete a efetividade do processo educativo.

Nesse sentido, as autoras Menezes, Martins e Romanowski (2018, p. 9), salientam que:

A educação escolar quilombola é uma demanda histórica desse movimento social negro e quilombola; ela questiona, ela indaga o CURRÍCULO, e nós entendemos que a educação escolar quilombola é uma forma de ação afirmativa, ela é uma forma de colocar em prática políticas que visam correção de desigualdades históricas que recaem sobre determinados grupos sociais e étnico-raciais no país.

Segundo as autoras (2018), a educação escolar quilombola reflete uma luta contínua pela reparação de uma dívida histórica com os ancestrais do povo negro, cujas trajetórias foram atravessadas por múltiplas violências simbólicas. Além disso, essa luta desempenha um papel fundamental ao enfrentar as desigualdades estruturais e combater as injustiças sociais que ainda persistem na sociedade brasileira.

Cabe destacar, que a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), Parecer CNE/CEB nº 16/2012, frisa que:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (p. 42).

A Educação Escolar Quilombola representa uma iniciativa fundamental para fortalecer a identidade, a cultura e a autonomia das comunidades quilombolas. Sua implementação em escolas situadas dentro dessas terras deve considerar o respeito às particularidades étnico-culturais de cada comunidade.

Dessa forma, torna-se imprescindível que os professores recebam uma formação adequada para atuar nas escolas quilombolas do campo, garantindo que estejam preparados para atender às necessidades específicas, tanto culturais quanto sócio-históricas, dessas comunidades. Além disso, essa formação deve capacitá-los para enfrentar os desafios inerentes ao trabalho com um público multicultural e diverso, promovendo práticas pedagógicas que respeitem e valorizem suas singularidades.

Diante disso, é evidente que os professores que atuam em escolas do campo enfrentam inúmeros desafios na construção de saberes. Essa dificuldade decorre da predominância de uma cultura dominante no sistema educacional brasileiro, que, sob a influência do pensamento hegemônico, frequentemente impõe padrões considerados ideais à classe subordinada.

Neste contexto, essa pesquisa buscou compreender e analisar de que forma a didática foi organizada nos documentos legais das escolas do campo no município de Arraias/Tocantins. Essa análise fundamenta-se nas reflexões das autoras Menezes, Martins e Romanowski (2018, p. 6), nas quais apontam que “a não efetivação de práticas envolvendo questões étnico-raciais vai além de questões do racismo, da discriminação, do preconceito e do mito da democracia racial”.

Em suma, tais práticas estão intrinsecamente relacionadas aos elementos mencionados, exigindo uma análise criteriosa dos fatores internos e externos que contribuem para as desigualdades estruturais no sistema educacional e na sociedade. Ademais, torna-se fundamental

problematizar a insuficiência de conhecimento acerca da educação e cultura afro-brasileira, bem como da história do continente africano.

Desse modo, um olhar sobre a didática em escolas localizadas no campo do município de Arraias, Tocantins, buscou conceber como as práticas pedagógicas e didáticas são desenvolvidas nas referidas escolas quilombolas. Sendo assim, esta pesquisa analisou como esses projetos pedagógicos incorporam uma abordagem da didática crítica para formar sujeitos reflexivos e críticos, promovendo a efetivação dos direitos garantidos pelas legislações que regem a educação escolar quilombola, como alicerce de resistência nas comunidades remanescentes de quilombos.

Destarte, esta pesquisa fundamenta-se em aportes teóricos que abordam a educação em comunidades quilombolas e as legislações que regulamentam essas instituições. Como subsídios que norteiam este estudo, destacam-se: a Constituição Federal de 1988; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; os referenciais sobre História e Cultura Afro-Brasileira; os documentos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; as diretrizes relacionadas à Educação do Campo; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Nesse sentido, a didática para a educação quilombola está presente em diversos documentos legais que garantem o direito à educação diferenciada e específica para as comunidades quilombolas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, assegurando a valorização da diversidade étnico-racial.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos. Tal reconhecimento implica não apenas a garantia territorial, mas também o respeito às formas próprias de organização social, cultural e econômica dessas comunidades, assegurando-lhes condições para a manutenção de seus modos de vida, tradições e identidades, o que repercute diretamente na organização de políticas públicas, inclusive educacionais, voltadas às suas especificidades. (BRASIL, 1988, Art. 68 do ADCT).

Além disso, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias reconhece o direito dos remanescentes de quilombos à posse de suas terras, o que influencia diretamente a organização da educação escolar quilombola, respeitando suas especificidades culturais e sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica definem princípios e orientações para garantir um ensino que respeite e valorize a

identidade, a história e os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas. Essas diretrizes reforçam a necessidade de metodologias pedagógicas que considerem a oralidade, as práticas comunitárias e a ancestralidade, integrando saberes tradicionais ao currículo escolar.

Os referenciais sobre História e Cultura Afro-Brasileira, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, tornam obrigatória a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. Essa medida visa desconstruir a marginalização da cultura negra na educação e fortalecer a identidade quilombola, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.(BRASIL, Lei nº 10.639/2003).

Essa citação supracitada evidencia um marco fundamental na educação brasileira ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. É importante ressaltar que tal medida não se limita à inserção de conteúdos específicos, mas representa um avanço significativo no reconhecimento da contribuição histórica, social e cultural do povo negro na formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, conforme destaca Gomes (2017), a implementação dessa legislação configura-se como uma estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural presente na educação, ao promover a valorização das identidades negras e o respeito à diversidade.

Além disso, a lei contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e crítica, ao possibilitar a revisão de práticas pedagógicas historicamente excludentes. De acordo com Munanga (2005), a inserção desses conteúdos no currículo escolar é essencial para desconstruir estereótipos e preconceitos, favorecendo a formação de sujeitos mais conscientes e comprometidos com a igualdade racial. Dessa forma, a Lei nº 10.639/2003 não apenas amplia o currículo escolar, mas também fortalece a luta por justiça social, equidade e reconhecimento das múltiplas identidades que compõem o Brasil.

Os documentos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC) reforçam a necessidade de políticas educacionais voltadas para grupos historicamente excluídos, incluindo as comunidades quilombolas. Esses documentos destacam a importância da formação de professores, da adaptação dos materiais didáticos e do desenvolvimento de metodologias contextualizadas para atender às especificidades desses grupos.

As Diretrizes para a Educação do Campo também contemplam a educação quilombola, reconhecendo a necessidade de um ensino voltado para as realidades sociais, econômicas e culturais das populações do campo. A proposta dessas diretrizes é garantir um currículo que dialogue com as práticas comunitárias e o modo de vida das populações quilombolas, respeitando suas formas próprias de organização social e de produção do conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) estabelece o princípio da gestão democrática do ensino público e reforça a necessidade de adequação curricular para atender às especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos sociais. Dessa forma, os currículos da educação básica devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, Lei nº 9.394/1996)

No contexto quilombola, essa lei fundamenta a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem a identidade e a autonomia dessas comunidades, promovendo uma educação que valorize seus saberes tradicionais.

Assim sendo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo reforçam a importância de garantir a educação quilombola dentro do contexto da educação do campo. Essas diretrizes destacam a necessidade de propostas pedagógicas que levem em consideração a realidade sociocultural dos estudantes quilombolas, promovendo uma formação que respeite suas tradições e conhecimentos ancestrais.

Para tanto, a didática para a educação quilombola, respaldada por esses documentos legais, busca assegurar uma formação escolar que respeite e valorize a cultura, a história e os saberes das comunidades quilombolas, promovendo uma educação crítica, emancipatória e socialmente justa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a organização da didática nos documentos legais das escolas quilombolas do campo no município de Arraias/Tocantins, buscando compreender de que forma esses elementos se materializam no contexto educacional dessas comunidades. A partir dos estudos realizados, foi possível identificar que, embora existam dispositivos legais que asseguram uma educação específica, diferenciada e contextualizada para as populações quilombolas, ainda há um distanciamento significativo entre o que está previsto na legislação e o que efetivamente se concretiza na prática pedagógica.

Os resultados evidenciam que a didática, nos documentos analisados, apresenta intencionalidade voltada à valorização das identidades culturais, dos saberes tradicionais e da realidade sociocultural dos estudantes. No entanto, sua efetivação enfrenta entraves relacionados à ausência de recursos, à insuficiência de políticas públicas eficazes e à fragilidade na formação docente voltada às especificidades da educação quilombola. Tais fatores acabam por limitar a construção de práticas pedagógicas críticas, contextualizadas e emancipadoras.

Além disso, constatou-se que as escolas quilombolas situadas no campo ainda enfrentam processos de invisibilização e negligência histórica, o que compromete a garantia de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Essa realidade, por vezes, impõe aos estudantes a necessidade de distanciamento de suas identidades culturais para se adequarem a modelos educacionais hegemônicos, contrariando os princípios de uma educação inclusiva e plural.

No que se refere aos objetivos específicos, destaca-se que os momentos de estudo e reflexão, a análise dos projetos pedagógicos, a participação no Grupo de Pesquisa em Educação e Formação de Professores (GEEFP) e a socialização dos resultados contribuíram significativamente para o aprofundamento teórico e para a compreensão crítica da temática investigada. Tais experiências fortaleceram a construção do conhecimento científico e possibilitaram a ampliação do debate sobre a didática na educação quilombola.

Dessa forma, conclui-se que a organização da didática nas escolas quilombolas do campo ainda demanda avanços no que diz respeito à sua efetivação prática, sendo fundamental o fortalecimento de políticas públicas, a valorização da formação docente e o reconhecimento das especificidades culturais dessas comunidades. Por fim, ressalta-se a importância da continuidade de estudos nessa área, a fim de contribuir para a construção de uma educação mais justa, equitativa e comprometida com a valorização das identidades e dos saberes dos povos quilombolas.

### ***Agradecimentos***

Expresso minha profunda gratidão à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) pelo incentivo e apoio ao promover este trabalho viabilizado com recursos financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Brasil).

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Helena Quirino Porto pela oportunidade dessa imersão no campo científico e pelas orientações dedicadas. Estendo os meus agradecimentos à equipe da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que atua nos bastidores da instituição e contribuiu para a realização deste trabalho. A todos vocês, reitero minha sincera gratidão.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. 23 dez.1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 8, 20 de novembro de 2012. Brasília, DF. p.26, 21 nov. 2012.
- BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, Brasília, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro, 2005. GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, Pura Lúcia. **Prática pedagógica em escolas de comunidades quilombolas: ações afirmativas na perspectiva de educação e diversidade**. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 27, n. 53, p. 187-202, set./dez. 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Zumbi, 1981.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

